



Foto: Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

DEVEMOS REVER A IMAGEM QUE TEMOS DE NÓS MESMOS

Emília Viotti da Costa

POR SYLVIA BASSETTO

O depoimento da professora Emília Viotti da Costa permite acompanhar sua trajetória intelectual, fortemente vinculada à percepção da história brasileira dos últimos 50 anos. Com perspicácia, sensibilidade, emoção e, às vezes, sutil ironia, nos fala da sociedade, da política, da cultura e da Universidade. Lembra os bons tempos de projetos coletivos e interlocuções férteis e outros momentos menos felizes, mas sempre esclarecedores. Aposentada pelo AI-5, em 1969, como docente do Departamento de História, Emília Viotti trabalha desde 1970 nos Estados Unidos. Dilemas, percalços, superações estão no relato dessa experiência, sempre marcada pela necessidade visceral de olhar para seu país, comparando, analisando, questionando, estimulando a reflexão. Pesquisadora incansável, autora de obras fundamentais (*Da Senzala à Colônia, Da Monarquia à República, Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*, dentre outras) Emília nos revela, acima de tudo, sua paixão pelo ensino, razão maior de seus trabalhos mais fecundos. Uma feliz coincidência permitiu a publicação deste depoimento na ocasião em que Emília Viotti da Costa recebe o título de Professor Emérito da FFLCH.

Nasci às vésperas do grande *crash* de 1929 e vivi desde então num mundo abalado periodicamente por recessões econômicas, que lançam muitos ao desemprego e à miséria. Meu pai, natural de Portugal, veio para o Brasil aos 6 anos, e mais tarde optou pela nacionalidade brasileira. Dele ouvi histórias da vida difícil na Beira Alta e dos primeiros anos no Brasil. Trabalhava como representante comercial de várias firmas do Norte e Nordeste, que vendiam seus produtos em São Paulo. Em matéria de política era udenista. Seu catecismo era o jornal *O Estado de S. Paulo*, que lia assiduamente. Interessava-se muito por política e economia. Na Associação Comercial defendia a teoria medieval do justo preço e condenava os gananciosos. Era um homem reservado, extraordinariamente metódico e disciplinado. Pouco se envolvia na minha educação que, segundo ele, era coisa de mulher. Quando fiquei adolescente, levava-me aos comícios políticos. Assim é que assisti a comícios do Brigadeiro Eduardo Gomes, do Getúlio e do Prestes. Minha mãe tinha simpatias ligeiramente anarquistas. Era uma leitora voraz que, pouco antes de falecer, aos noventa anos, lia e comentava com argúcia livros sobre os mais variados assuntos, dos *Versos Satânicos* ao último livro do antropólogo Darcy Ribeiro. Sua rica biblioteca abriu para mim os prazeres da literatura européia e americana. Era ela quem me levava aos concertos e ao teatro. Um dos grandes momentos da minha adolescência foi ouvir Pablo Neruda recitar seus poemas no estádio do Pacaembu, perante centenas de operários entusiasmados e comovidos.

A família de minha avó materna vivia das glórias do passado. Falavam do Conselheiro Brotero, nosso antepassado que casara com uma americana de nome Dabney e fora durante muito tempo diretor da Faculdade de Direito. Contavam também do meu bisavô Frederico Abranches, que foi Conselheiro e Presidente de Província. Meu avô era jornalista e poeta. Contava histórias maravilhosas. Era uma família muito grande, com gente de todas as linhas políticas e religiões. Havia militares, padres, freiras, ateus, maçons, anarquistas, conservadores e liberais. Aí aprendi o respeito à opinião alheia e o valor da

democracia. Da família paterna pouco sei. O pai de meu pai nunca conheci. Morreu cedo. A mãe morreu de parto. Foi criado pela madrastra, uma mulher excelente que passou os últimos anos em casa de meus pais e foi, para mim, um exemplo de alegria, bondade e infinita paciência.

Fiz o curso primário na Escola Estadual Caetano de Campos - que naquele momento era um pólo de excelência - e o secundário, no Mackenzie. Quando saí do secundário abandonei a idéia de ser física, minha matéria preferida. Um casamento e uma gravidez me tinham afastado da vocação inicial. O curso de Física exigia tempo integral, de que eu não dispunha. Pensei em fazer ciências sociais, mas abandonei a idéia pois, na época, as oportunidades de trabalho para os formados em ciências sociais eram muito limitadas, ao passo que o curso de Geografia e História permitia lecionar no ensino secundário ou no superior.

Entre para o Departamento de Geografia e História da USP quando esta era bastante jovem. Criada nos anos trinta, a USP tinha pouco mais de quinze anos. O período dos professores franceses já havia passado. Havia ficado apenas seus discípulos, que, no Departamento de História, com exceção de uns poucos, não faziam jus aos nomes ilustres que os haviam precedido. Nos anos em que frequentei o Departamento como aluna, ainda tivemos alguns professores estrangeiros, melhor seria dizer franceses. A França dominava a cultura. Os cursos dos professores visitantes ainda eram dados em francês, pois se pressupunha que os alunos estavam aptos a acompanhar as aulas sem dificuldade. O Departamento de História tinha um número bastante reduzido de alunos e quase todos haviam feito um bom curso secundário em escolas públicas ou privadas, o que os capacitava a entender bem o francês e o inglês.

O currículo do curso era rígido, tanto na seqüência cronológica quanto no número de matérias obrigatórias em História e Geografia. Havia poucas optativas (três em todo o curso). Os geógrafos treinavam os alunos para fazer pesquisa de campo. Promoviam excursões e nos ensinavam a ver e explicar a paisagem física e humana. No curso de História ninguém ensinava os alunos a fazer pesquisa. Tudo o

que aprendemos sobre pesquisa foi por conta própria, lendo as grandes coleções de história, como a Clio, e as revistas e livros de bons historiadores. Aprendíamos a pesquisar analisando as obras, na sua maioria de autores franceses e ingleses; alguns alemães eram traduzidos para o espanhol pela Fondo de Cultura, casa editora que exerceu uma influência marcante em toda a América Latina nesse período. A historiografia americana não era muito conhecida, com exceção de uns poucos autores que chegavam até nós através de revistas como o *Journal of History of Ideas* ou a *American Historical Review*. Apenas na cadeira de História da América tínhamos a oportunidade de contato com historiadores americanos. Da América Latina conhecíamos uns poucos. A orientação era sobretudo francesa. Estudávamos a fundo a história da Grécia e Roma no primeiro ano do curso. A história medieval focalizava a França e a Inglaterra. Pouco sabíamos do que se passava na Espanha ou em Portugal, na Idade Média. Na cadeira de História Moderna aprendíamos sobre o renascimento italiano, as guerras religiosas, o absolutismo, o despotismo esclarecido e a revolução francesa. O curso era dado durante todo o segundo ano. No terceiro ano tínhamos História Contemporânea, que focalizava principalmente a França e a Inglaterra. A França da restauração, Carlos X, a revolução de 1848, Luís Napoleão, a Comuna de Paris, e a Inglaterra da Revolução Industrial ao fim da era vitoriana, a partilha da África e a ocidentalização da Ásia. O século XX era considerado recente demais para merecer estudo sério. A Primeira Grande Guerra, a república de Weimar, fascismo, nazismo, revolução russa, 2ª Guerra Mundial, Roosevelt e o New Deal ficavam por nossa conta. No período em que fui aluna, a história do Brasil era o setor mais fraco. O professor Alfredo Ellis estava bastante alquebrado e limitava-se a dar cursos baseados em seus livros, que na maioria versavam sobre São Paulo.

Foi principalmente na historiografia do grupo dos **Annales**, nos livros da coleção Clio, Hachette, Peoples et Civilizations, Que-sais-je? e Oxford que aprendemos história no curso de graduação. Por isso pode-se afirmar que todos os que se formaram em história naquela época foram autodidatas no que

concerne à pesquisa. O Departamento visava principalmente a formar professores, não pesquisadores. Os cursos eram extensivos, não monográficos. Pretendiam dar uma visão que fosse ao mesmo tempo temporal e global, embora certas regiões do globo acabassem sendo privilegiadas e outras esquecidas. O que nos salvava do eurocentrismo era o estudo de história da América e do Brasil, ao qual se dedicavam dois anos. Os trabalhos que escrevíamos para o curso eram, na melhor das hipóteses, reinterpretações da historiografia existente. Só excepcionalmente incluíam pesquisa de arquivo ou documentos. Pesquisa só no curso de pós-graduação.

O meu primeiro trabalho de história na Faculdade foi um ensaio sobre os etruscos. Passei o primeiro ano lendo tudo o que havia sobre etruscos e escrevi um resumo da literatura existente. Aprendi muito sobre os etruscos, mas não aprendi nada sobre pesquisa histórica. E assim foi na maioria dos cursos. No segundo ano eu tive a sorte de ser encarregada pelo professor Eduardo de Oliveira França de fazer algumas pesquisas na legislação portuguesa existente na Biblioteca Municipal, para o livro que estava escrevendo. Foi uma experiência fabulosa! Infelizmente, oportunidades como essa eram bastante raras.

Foi no segundo ano que comecei a definir a história que me interessava. Tive que dar uma aula sobre a nobreza francesa no século XVIII. Li tudo o que havia na biblioteca, mas nada me satisfaz. Os livros eram áridos, as tipologias abstratas: nobreza togada, nobreza palaciana, nada me interessava. O que eu queria saber não estava nos livros a meu dispor. Como viviam as várias nobrezas, quais seus valores, suas aspirações, seus projetos? Como atuavam politicamente? Qual o seu papel na sociedade? Eu tinha



Eu almejava uma síntese que tornasse possível a fusão entre a história que se dizia científica e a literatura, entre objetividade e subjetividade, entre a história que os homens encontram já feita, e que condiciona sua formação, e a história que eles mesmos constroem e que acaba por transformá-los. (...) Nunca tive vocação para turista do passado, nem para colecionadora de memórias.

aprendido bem a lição de Lucien Fèbvre: A história é a ciência do homem, dizia ele. Eu buscava uma história que tivesse um rigor científico, que resultasse de uma pesquisa de fontes primárias, que me desse uma compreensão do processo histórico, mas da qual homens e mulheres não estivessem ausentes: uma história que ajudasse a nos situar no nosso tempo. Muitas vezes eu me perguntei por que os livros de Balzac, Tolstói e Dickens pareciam capazes de comunicar um melhor entendimento do passado do que a grande maioria dos livros de história. Mas ao mesmo tempo me perguntava se não lhes faltaria alguma coisa que só os historiadores eram capazes de fornecer. Eu almejava uma síntese que tornasse possível a fusão entre a história que se dizia científica e a literatura, entre objetividade e subjetividade, entre a história que os homens encontram já feita, e que condiciona sua formação, e a história que eles mesmos constroem e que acaba por transformá-los. Uma história sem barreiras, em que as interconexões entre o econômico, o político, o ideológico não se perdessem. Uma história que não fosse meramente descritiva, que se preocupasse não só com narrar como as coisas acontecem, mas também explicar o porquê; uma história que de certa forma fosse um guia para a ação presente, não uma coleção de curiosidades. Nunca tive vocação para turista do passado, nem para colecionadora de memórias.

Tais preocupações já estavam presentes em *Da Senzala à Colônia*, meu primeiro livro, e continuei o aperfeiçoamento desse projeto nas obras seguintes. O último livro que escrevi - *Coroas de Glória e Lágrimas de Sangue* - não é senão a continuação do projeto que me atraiu quando eu era ainda uma aluna do Departamento de História, preparando aula sobre a nobreza francesa. Afinal de contas, o que se apresenta hoje como novo não é assim tão novo. Muitas das ten-

dências que dominam a historiografia hoje originaram-se naquela época. Lembro-me de ter lido naquele tempo um debate entre o escritor inglês Bernard Shaw e o historiador Huizinga, sobre qual dos dois estava mais apto para contar a história de Joana d'Arc. Fizeram uma aposta. Ambos escreveram sobre Joana d'Arc: Shaw uma peça, Huizinga um ensaio. Se bem me recordo, a vitória foi de Huizinga. A literatura é uma janela para a história, mas precisa da história para explicá-la. Ficção e história são maneiras distintas de compreensão da realidade. Isso aprendi no segundo ano de história ao preparar uma aula sobre a nobreza francesa. Recorri ao professor Antonio Candido de Mello e Souza, que me emprestou livros, indicou romances sobre a nobreza francesa e recomendou-me que lesse memórias escritas pelos nobres, o que me permitiu entender melhor como a história do período era vista pelos vários setores da nobreza. Aprendi também que além das interpretações resultantes das múltiplas subjetividades dos participantes havia uma outra realidade que as explicava e que era preciso conhecer. Fazer história, para mim, era ser capaz de captar umas e outras.

Para a minha geração, tanto Antonio Candido quanto Florestan Fernandes, não obstante suas tendências diversas, foram constante fonte de inspiração. Fora da Universidade, Caio Prado Júnior, Gilberto Freire, Otávio Tarquínio de Sousa, cada um à sua maneira, exerceram importante papel. Mas

coube a cada um de nós encontrar seu próprio caminho, construir a sua própria síntese histórica. Mais tarde preferi seguir Caio Prado, em vez de acompanhar Gilberto Freire, cuja falta de rigor metodológico, impressionismo e principalmente conservadorismo me faziam vê-lo como porta-voz das oligarquias, criador de mitos românticos e enganadores que ocultavam profundas desigualdades raciais, econômicas, sociais e de gênero existentes no Brasil. Mas, ao buscar inspiração em Caio Prado e, mais tarde, em autores como Eric Hobsbawn, nunca fiz deles um modelo. Sempre procurei evitar as seduções da moda e encontrar uma voz própria. O marxismo para mim foi um método de investigação a ser usado criticamente e não adotado como dogma a ser demonstrado.

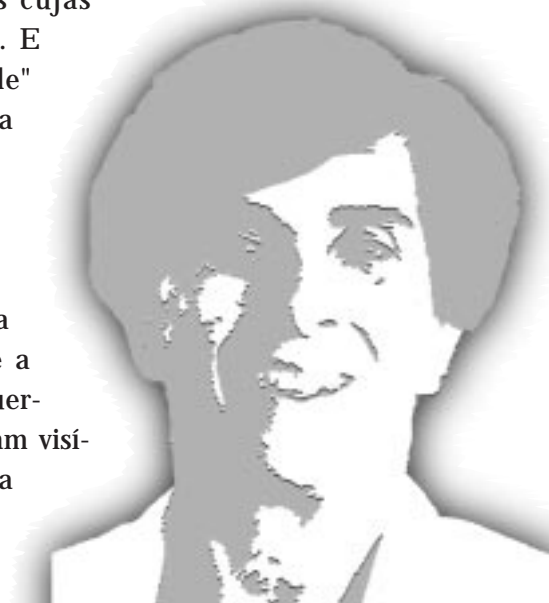
A criação da *Revista de História* pelo professor Eurípedes Simões de Paula foi muito importante para os alunos de História daquela época. Nela encontramos um fórum para divulgação de nossas pesquisas. Publicávamos um pouco de tudo: ensaios historiográficos, resenhas de livros, traduções de artigos de Lucien Febvre e Marc Bloch, relatos de experiências didáticas e pequenos trabalhos de pesquisa, aos quais nos lançávamos por conta própria. Dessa maneira, arriscávamos os primeiros passos bem antes de nos lançarmos na execução de uma tese.

A minha primeira experiência como professora de História foi no Mackenzie, onde dei aulas durante um ano para o curso colegial. Eu tinha quase a mesma idade dos alunos quando comecei a ensinar. Estava ainda cursando a Universidade. Os alunos do Mackenzie tinham fama de insubordinados. Dizia-se que haviam forçado um professor a abandonar o ensino, tal a baderna que aprontaram. Até hoje não sei por quê não tive problema algum de disciplina. Talvez a história que havia aprendido na Universidade e que comecei a ensinar fosse muito mais interessante do que a que os alunos haviam tido antes. O fato é que se interessaram e que a experiência serviu para despertar em mim o gosto pelo ensino. Um dos melhores alunos que tive então foi o Ruy Fausto, que se tornou mais tarde professor de filosofia.

Quando terminei o curso de pós-graduação, fui com bolsa de estudos do governo francês estudar na

École Pratique des Hautes Études em Paris. Lá me inscrevi num curso com Ernest Labrousse, um socialista de renome que ficou conhecido pelos seus estudos de preços, noutra com Paul Leulliot e num terceiro com Georges Gurvitch. Lucien Fèbvre às vezes aparecia e participava do seminário. Assisti também algumas aulas de Fernand Braudel, no Collège de France, e aprendi a pesquisar nos Archives Nationaux, sob a direção de Charles Morazé. Iniciei um trabalho de pesquisa sobre a nobreza francesa durante a restauração que nunca cheguei a publicar. Foi então que realmente aprendi o que Marc Bloch chamou de *métier d'historien*.

A viagem à Europa foi extremamente importante para minha formação. Encontrei a história viva em cada rua, em cada praça, em cada monumento. Nos museus, nas igrejas, nas universidades a história estava sempre presente. Para quem vinha do novo mundo, onde a história era recente e deixara tão poucos traços (com exceção, evidentemente, do Peru e do México, onde os vestígios do passado estão sempre presentes), viajar pela Europa valia por muitos cursos de história. Aprendia-se história sem perceber. As visitas ao Louvre e aos demais museus espalhados pela Europa, as viagens à Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia, Espanha, Portugal e Itália conferiram à história que eu aprendera uma "concretude" que jamais tivera. Era como se os eventos do passado se fizessem presentes, tão presentes quanto os pintores e os escultores cujas obras eu admirava. E era essa "concretude" que eu tanto desejava comunicar nos meus escritos. Não havia nem dez anos que a guerra terminara e a violência dos bombardeios e a devastação que a guerra causara ainda eram visíveis por toda parte, a lembrar que o historiador tinha



uma missão social a cumprir. Como todas as gerações que viveram num período de pós-guerra, estávamos empenhados em evitar os erros do passado, em construir um mundo melhor, mais democrático, com menos preconceitos, mais consciente, mais livre. Tínhamos a certeza de estar vivendo uma nova era. No navio de volta ao Brasil ouvi a notícia da morte de Getúlio Vargas. Era o fim do getulismo, início dos novos tempos em que grupos diversos lutariam pela definição do que seria o Brasil. No nível pessoal, eu também ia iniciar um período novo.

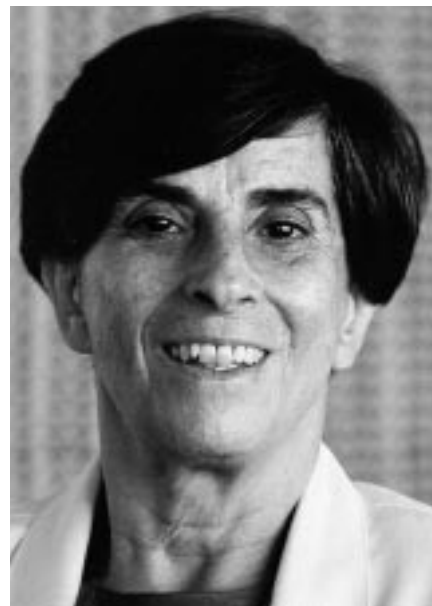
Quando terminei o curso de Geografia e História recebi dois convites para trabalhar como instrutora: um do Departamento de Geografia e outro do Departamento de História. A decisão não foi fácil. Mas acabei por escolher história. Naquele período o Departamento não tinha verba para contratação. A única solução era contratar alguém que já tivesse um lugar no Estado e que seria posto à disposição da Universidade. Eu precisava primeiro arranjar um emprego num colégio estadual. Para isso precisava fazer concurso e assumir o cargo de professora secundária onde houvesse uma cadeira disponível. Só então seria possível ser requisitada pela Universidade. Assim é que de Paris fui parar em Sertãozinho. Nessa época já tinha uma filha pequena e morava com meus pais. Viajava uma vez por semana de trem, quase quatrocentos quilômetros, até próximo a Sertãozinho, e tomava o ônibus para lá. Ficava na cidade dois dias por semana. Durante o dia dava aulas e à noite ficava no único hotel ali existente, onde se hospedavam também os caminhoneiros. Fiquei apenas um semestre. O suficiente para tomar gosto pelo ensino secundário. Organizei um painel na escola, onde expunha os cartões postais que trouxera da Europa com textos que explicavam o significado deles. Incluía pequenas biografias dos artistas, comentários sobre arte, textos de poesia e literatura, que serviam de complemento à história. Organizei até uma visita à Bienal em São Paulo. Os relatórios que os alunos escreveram demonstraram o sucesso da visita. Meu trabalho em Sertãozinho não foi em vão. Os alunos responderam com entusiasmo. Foi uma experiência estimulante e criativa, mas bastante trabalhosa.

Aproveitei o tempo lá para escrever poesia e ava-

liar a documentação existente. Na Prefeitura encontrei documentos antigos, com descrição detalhada de fazendas na região, jogados num galpão. Provavelmente desapareceram desde então. Encontrei também nos livros antigos do tabelião local grande variedade de informações que permitiam conhecer a história da região. Meu primeiro contato com arquivos fora em São Paulo, quando ainda era aluna do curso de Geografia e História. Pesquisava o povoamento do Vale da Ribeira. Fui ao local onde estava o Arquivo do Estado, alojado temporariamente na Estação da Luz. Lá perguntei ao funcionário onde estavam os documentos referentes a Pariquera-Açu. Naquela sala, disse ele, com um sorriso malicioso apontando-me uma porta. Dirigi-me sofregamente para a sala indicada e deparei com um quarto entulhado de documentos do chão ao teto. Nada estava catalogado! Como encontrar o que buscava naquela montoeira? O amável funcionário veio ajudar-me. Conhecia o arquivo a fundo e em pouco tempo extraiu daquele labirinto os documentos desejados. Mais tarde vim a saber que se tratava de Antônio Paulino de Sousa, respeitado funcionário do Arquivo. Os que hoje freqüentam o Arquivo do Estado não têm idéia das dificuldades que enfrentamos quando iniciamos nossas pesquisas. Mais tarde o Arquivo mudou-se para a Rua Antônia de Queirós e muitos dos alunos que fizeram o curso de Introdução aos Estudos Históricos na Universidade de São Paulo, sob a minha direção, foram pela primeira vez pesquisar no Arquivo, que já estava muito mais bem alojado e organizado.

Fiquei pouco tempo em Sertãozinho. No concurso de remoção do ano seguinte, transferei minha cadeira para o Colégio Estadual em Jundiá. A experiência em Jundiá foi ainda mais gratificante. Embora os salários fossem parcos, mas não tão ruins quanto hoje, o ambiente de trabalho era ótimo. Um bando de professores jovens, idealistas e bem intencionados, bem treinados e devotados ao magistério. Nos intervalos das aulas escrevamos poemas e trocávamos experiências. O ambiente era cordial e divertido. Mas durou pouco porque transferei minha cadeira novamente para o Colégio de Aplicação da USP. Nessa época lecionava também na USP, onde estava encarregada de

Passado um ano e meio pedi a minha demissão. O incidente que levou a essa decisão teve a ver com o nascimento de uma segunda filha. Quando anunciei que precisaria um ajustamento do horário para amamentar, o professor Oliveira França me fez um discurso dizendo que se eu pretendia ter filhos nunca seria uma intelectual.



cursos de História Moderna e Contemporânea, e também dava cursos na Faculdade de Sorocaba.

No país de Juscelino Kubitschek o clima era de populismo "desenvolvimentista" e a retórica era "nacionalista". A construção de Brasília provocava críticas e acusações de corrupção. Os acordos internacionais também. Havia crescente mobilização popular, sinais de inflação, receios e tensões que eclodiriam no governo Jânio Quadros. A revolução cubana parecia anunciar novos caminhos. Essa intensa efervescência política e cultural ecoava na Universidade. Mesmo os mais indiferentes eram chamados a participar. Se o governo de Juscelino fora agitado, o de Quadros foi ainda mais tumultuado. Incerto sobre os rumos a tomar, num dia condecorava Guevara e no outro, tomava medidas de direita. Jânio acabou renunciando e causando a crise política mais séria desde a morte de Vargas. Mais uma vez as "forças ocultas" a que Vargas se referira na carta-testamento, e que pelo visto até hoje governam o Brasil, foram responsabilizadas. Corriam boatos de que o vice-presidente, João Goulart, não tomaria posse. Este encontrava-se em visita à China. E de fato, não fosse seu cunhado, Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que contou com o apoio do comandante do Terceiro Exército ali sediado, Jango não teria tomado posse. Assumiu, a despeito da oposição de amplos setores de elite e do exército

que desconfiavam de suas tendências populistas e "esquerdistas". As elites brasileiras e as forças armadas viviam num clima de paranóia, que se iniciara nos Estados Unidos com o macartismo e se agravara depois de Castro ter definido os rumos socialistas da revolução. Começou então um período de radicalização e politização na América Latina, ao qual a Universidade de São Paulo não estava imune. Nessa época, eu deixava o ensino secundário. Fora nomeada finalmente para um cargo na Universidade, junto à cadeira de História Moderna e Contemporânea, e comecei a escrever a minha tese.

Passado um ano e meio pedi a minha demissão. O incidente que levou a essa decisão teve a ver com o nascimento de uma segunda filha. Quando anunciei que precisaria um ajustamento do horário para amamentar, o professor Oliveira França me fez um discurso dizendo que se eu pretendia ter filhos nunca seria uma intelectual. Furiosa, disse a ele que, se pretendia cercear minha vida pessoal, eu preferia me demitir. Foi o que fiz. No dia seguinte apresentei a demissão do cargo que tanto almeijara. Comecei então a dar aulas num curso de Introdução aos Estudos Históricos recém-criado no Departamento e recebi, depois de algum tempo, minha indicação para a nova posição. Encerrara um capítulo importante de minha vida para começar um novo.

O país também entrava numa nova era. Nessa

época iríamos descobrir a América Latina. Os eventos desse período marcaram profundamente o meu trabalho. Vivíamos um momento de reformas. Por isso resolvi estudar um período histórico semelhante: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Eu queria entender como fora possível abolir uma instituição tão arraigada em nossa cultura, sem provocar uma profunda convulsão social.

Desde meus 18 anos aproveitava as férias para viajar pelo Brasil e pela América espanhola. Só voltei à Europa quase 20 anos depois da minha primeira visita. Preferi conhecer a América. Ao mesmo tempo, devorei livros de história, romances, livros de poesia, peças de teatro. Conheci outros povos, outras culturas. Adquiri a consciência de que os países da América Latina, se bem que profundamente diversos, tinham uma história comum que precisávamos conhecer melhor. Dei-me conta de quão semelhante era nossa forma de inserção no mercado internacional, o quanto as elites latino-americanas tinham os olhos voltados para a Europa e ignoravam o povo, sua cultura e tradição. Viajei de São Paulo a Cuiabá, ainda quando era estudante de Geografia, numa época em que o interior do Brasil oferecia muitas surpresas. Andei por estradas recém-constituídas onde se viam emas e siriemas, dormi em galpões infestados de morcegos. Subi o Rio Amazonas num navio do Lloyd Brasileiro, que foi de Santos até Manaus, parando em todos os portos. Para mim foi a descoberta do Brasil, de sua riqueza, de sua pobreza, de seu povo sofrido, dos mocambos de Recife, dos pescadores da Lagoa do Abaeté, das palafitas do Amazonas. A resistência e a miséria do povo eram comoventes. Essas imagens vieram à mente, anos mais tarde, quando viajei pelo interior do Peru e da Bolívia. Por toda parte encontrei pobreza e admirei a dignidade do povo. Em toda parte, presenciei uma luta surda contra a exploração. Em Cuzco, pasmei diante da desconfiança e da inocência dos índios peruanos, a lembrar os retirantes das secas que via na minha infância na Rua São Luís, a pedir esmolas: mulheres rodeadas de crianças, recém-chegadas do Nordeste. A realidade, tal como eu a via, reverberava na obra de um Pablo Neruda, de um Siqueiros, de um Portinari, de um Villa-Lobos, de um Ciro Ale-

gria, de um Jorge Amado, de um Graciliano Ramos, de um Celso Furtado. Os autores confirmavam as primeiras impressões. Assim se forjava nossa cultura, nossa identidade, nossa economia, um projeto para o Brasil. A luta contra o subdesenvolvimento, contra a dependência, a criação de um mercado interno, de uma sociedade mais igualitária, mais justa, era esse nosso projeto. Escritores, pintores e poetas, todos pareciam falar a mesma língua. Em todos a mesma mensagem de denúncia e de esperança. A luta pelo desenvolvimento para pôr fim à miséria que atormentava a tantos. A certeza de que o esforço coletivo nos emanciparia de uma elite desumana e gananciosa, que parecia cuidar apenas de seus interesses. Imaginávamos que em seu lugar teríamos uma sociedade mais justa e um governo a serviço do povo. Até a Igreja parecia ter mudado sob a direção de João XXIII. A teologia de libertação clamava por conscientização e justiça social. O trabalho do intelectual estava bem definido para minha geração. Nossas convicções comunicavam energia e entusiasmo. Conferiam significado a nosso trabalho, a certeza de fazer parte de um processo coletivo. Descobrir as raízes de nossa história, expor os mitos que nos aprisionavam, que nos impediam de criar uma sociedade realmente democrática, compreender e explicar a dinâmica da história: era essa a nossa função.

Deixei o secundário num momento bastante crítico que prenunciava os trágicos eventos que estavam por vir. O Colégio de Aplicação foi invadido pela polícia a chamado do seu diretor, que discordou de uma manifestação dos alunos. Para mim, essa intervenção parecia um contra-senso. O diretor dizia-se liberal. Mas quando os alunos quiseram expressar suas reivindicações encontraram pela frente a polícia. O Colégio fora organizado segundo os preceitos de John Dewey, filósofo americano, predileto do professor de didática da USP. Era um colégio-modelo, cujo objetivo era treinar professores para desenvolver a observação e o espírito crítico dos jovens, qualidades consideradas essenciais para a democracia num mundo em mudança. Criar cidadãos críticos e éticos, esse era o objetivo. A atitude tomada pelo diretor, chamando a polícia para reprimir os alunos, anunciava maus tempos para uma escola que come-

çara alguns anos antes de maneira tão auspiciosa. Os anos que se seguiram iriam demonstrar que havia muitos no Brasil que se diziam defensores da constituição, da democracia e da liberdade, mas não titubeavam em criar qualquer pretexto para

silenciar os que queriam pôr em prática a democracia que nunca existira neste país.

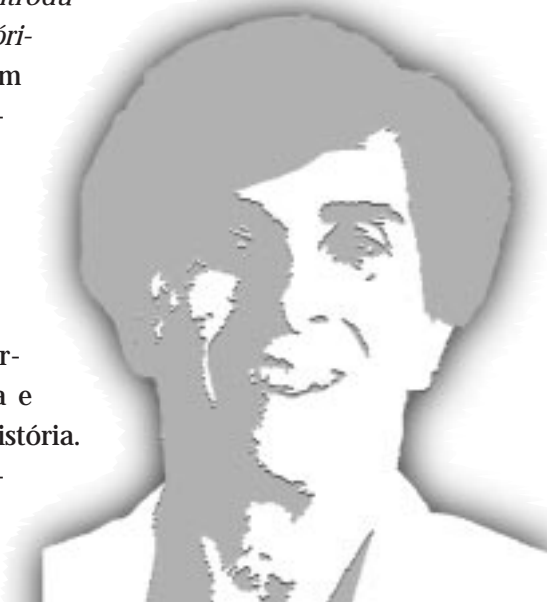
Embora breve, a passagem pelo ensino secundário foi muito valiosa para mim. Não só aprendi a importância da linguagem clara sem rebuscos, mas também a necessidade de ensinar uma história que respondesse aos interesses dos alunos, uma história que fosse relevante. Foi a necessidade de tornar minha aula interessante e significativa que me levou a escrever um dos primeiros trabalhos que publiquei: um estudo sobre os degredados. Eu tinha percorrido todos os livros de história em busca de informações sobre os tipos de crimes que resultavam em degredo para o Brasil. Mas não encontrara nenhuma informação concreta. Todos falavam em degredados, mas não mencionavam o tipo de crime que esses teriam cometido. A falta de dados me levou a pesquisar a legislação portuguesa e daí resultou um ensaio. O ensino levava à pesquisa. Desde então a experiência repetiu-se muitas vezes. A ponto de eu acreditar que o ensino era essencial à minha pesquisa. As boas idéias pareciam sempre surgir numa sala de aula. As pesquisas nasciam de problemas associados ao ensino. Por isso quando aposentada pelo AI-5, em 1969, fui ensinar nos Estados Unidos. A idéia de abandonar o ensino me era assustadora.

O período que se iniciou quando consegui abandonar o ensino secundário para me dedicar exclusivamente à Universidade até a minha aposentadoria em 1969 foi provavelmente o mais fecundo de toda a minha vida. A Faculdade estava ainda na Maria Antônia e lá permaneceu por mais alguns anos até que o Departamento de História se transferisse para a Cidade Universitária. Foi ainda na Maria Antônia

As boas idéias pareciam sempre surgir numa sala de aula. As pesquisas nasciam de problemas associados ao ensino. Por isso quando aposentada pelo AI-5, em 1969, fui ensinar nos Estados Unidos. A idéia de abandonar o ensino me era assustadora.

que fiz o concurso de Livre-Docência com a tese *Escravidão nas Áreas Cafeeiras* (1964), publicada em 1966 pela Difusão Européia do Livro sob o título *Da Senzala à Colônia* em 1966, atualmente na 4ª edição. Dediquei esse livro a Antônia, que fora empregada na casa de minha mãe por muitos anos e mantivera contato conosco até morrer, e ao Zé Carnaúba, um alagoano que trabalhou alguns anos em minha casa. Eles representavam o povo brasileiro no que tem de melhor. A partir daí, publiquei vários trabalhos, alguns dos quais posteriormente reunidos em *Da Monarquia à República*, que terá em breve sua 7ª edição pela Unesp, e o livrinho *A Abolição*, publicado pela editora Global, também na 6ª edição. Participei das primeiras reuniões da ANPUH.

Com o tempo, passei a trabalhar exclusivamente na Introdução aos Estudos Históricos, que estava entregue a professores visitantes. Aí trabalhei com Jean Glénisson, que acabou publicando o livro *Introdução aos Estudos Históricos*, no qual escrevi um capítulo sobre as tendências da historiografia no Congresso Internacional de História de 1955. Com Yves Bernard Bruand, dei cursos de historiografia e de metodologia da história. Como os alunos tinham dificuldade de obter livros, fiz



com o auxílio de Sylvia Bassetto uma coleção de textos sobre metodologia histórica, para ser distribuída no curso. Quando saí da Universidade em 1969, deixei os cursos de Metodologia da História e de Teoria da História organizados. Um grande número de professores que ficaram na USP quando eu saí haviam sido meus alunos: Fernando Novais, Carlos Guilherme Mota, Maria de Lourdes Janotti, Maria Luiza Marcilio, Ana Maria Camargo, Adalberto Marson, Istvan Jancsó, Sylvia Bassetto, Suely Robles Reis de Queiroz, Arnaldo Daraya Contier, Raquel Glezer, Circe Maria Fernandes, hoje na Faculdade de Educação, Boris Fausto, José Sebastião Witter, Jobson de Andrade Arruda, Heloísa Bellotto, Lucy Maffei e muitos outros. Eu me orgulho de juntamente com colegas do Departamento de História ter dado minha contribuição para a formação de um grupo tão significativo.

O período 1964-1969 foi de tensão crescente e repressão, na Universidade e fora dela. Na USP, professores como João Cruz Costa e Florestan Fernandes foram perseguidos já em 1964. Ao professor Cruz Costa obrigaram a cantar o hino nacional inteiro. Depois foi aposentado. Florestan também foi forçado a abandonar a Universidade, que tanto amara. Nos anos seguintes, novos IPMs, novas aposentadorias, não só na USP mas em universidades de todo o país. Editores como Ênio Silveira foram perseguidos por publicarem literatura "subversiva". O historiador Caio Prado foi preso. Até a Igreja foi alvo de perseguições. Padres, juizes e políticos foram afastados: Mauro Borges, Arraes, Brizola. Nem mesmo políticos que tinham apoiado a revolução escaparam à sanha repressora. Ademar de Barros foi cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Juscelino Kubitschek também. Na Universidade havia espões da polícia, do exército e da aeronáutica por toda a parte. A repressão foi num crescendo.

Em 1968 fui convidada pelo professor Eurípedes Simões de Paula, então diretor da Faculdade de Filosofia, a dar a aula inaugural da Faculdade. Ao livre-docente mais novo cabia, como praxe, essa responsabilidade. Procurei um tema que pudesse interessar a um público que incluía o pessoal da química, física, ciências biológicas, matemática, filosofia, ciências sociais, história, letras, enfim, pessoas com interesses bastante

diversos. Decidi falar sobre a Reforma Universitária que o governo estava propondo, o famoso Mec-Usaid, que estava na ordem do dia. Fiz uma história da Universidade e seus problemas e falei da necessidade de reformas, analisei o projeto do governo, criticando o que considerava seus pontos negativos: o atrelamento da Universidade ao setor empresarial, intervenção deste no setor de pesquisa e ensino, a redução da educação ao preparo da mão-de-obra, o desaparecimento da orientação humanista e a sua substituição por uma orientação exclusivamente tecnológica. Era a subordinação da Universidade aos interesses do mercado. Nas muitas mudanças de casa que fiz desde então, o texto dessa conferência se perdeu. Para mim hoje é difícil reconstituí-lo nos seus detalhes e ainda me espanto da repercussão que teve. O texto foi publicado na revista do grêmio da Faculdade de Filosofia e reproduzido por todo o país, como mais tarde vim a saber. Fui convidada a repeti-la em mais de quarenta universidades e acabei sendo chamada para um programa de televisão com o então Ministro da Educação, Tarso Dutra, juntamente com o representante dos alunos, José Dirceu, hoje na liderança do PT. Fiz minhas críticas ao projeto do governo e a horas tantas divergi da idéia de que a Universidade deveria ser paga. Argumentei que o poder aquisitivo da população não permitia a um grande número de alunos pagar seus estudos. Bolsas de estudo retirariam a sua liberdade e autonomia. Na minha opinião cabia ao Estado fornecer educação gratuita (pensava nos meus alunos do curso noturno que trabalhavam o dia todo e estudavam das sete e meia às onze e meia da noite, alunos que certamente ficariam impedidos de freqüentar a Universidade caso essa recomendação vigorasse). Naquela ocasião, aliás, nós, professores da USP, organizamos em vinte e quatro horas uma petição com quinhentas assinaturas à Câmara e Senado contra a aprovação desse dispositivo. O Ministro concordou. Disse que ele também não era a favor do ensino pago. Perguntei a ele como então assinara o Projeto Mec-Usaid. Ele negou que houvesse no projeto algum item a esse respeito. Retirando da bolsa o projeto, li a passagem que se referia ao pagamento da Universidade. Apesar de ter sido cumprimentada pelo Ministro, que me deu um cartão seu dizendo que o procurasse quando qui-

Enquanto uns eram perseguidos por suas convicções, se bem que a constituição até então vigente garantisse liberdade de expressão, outros se aproveitaram da situação para denunciar desafetos ou para tomar o lugar dos que eram aposentados. Lugares que não haviam conseguido por mérito e que então conquistavam pela adesão.

sesse, sempre desconfiei de que foi esse episódio que levou à minha aposentadoria. Era o preço que deveria pagar por tê-lo envergonhado em público.

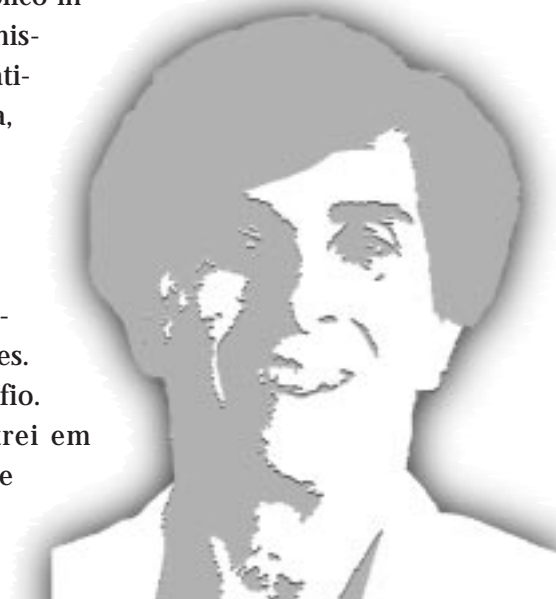
O ano de 1968 foi certamente o mais agitado. A mobilização estudantil paralisava a Universidade. A chamada revolução de 64 tinha inicialmente perseguido os seus mais óbvios inimigos, mas aos poucos o sistema repressivo passara a criar outras vítimas. Prisões, desaparecimentos, fugas, exílios tornaram-se comuns. Alunos eram arrancados da sala de aula por soldados armados de metralhadora. Professores eram detidos, sem saber por quê. Enquanto uns eram perseguidos por suas convicções, se bem que a constituição até então vigente garantisse liberdade de expressão, outros se aproveitaram da situação para denunciar desafetos ou para tomar o lugar dos que eram aposentados. Lugares que não haviam conseguido por mérito e que então conquistavam pela adesão. Houve os que procuravam ajudar seus colegas visados pela repressão, manifestando-lhes apoio e protestando publicamente contra suas prisões. Todos aqueles que expressavam qualquer reserva com relação ao golpe de 64 eram suspeitos aos olhos dos donos do poder. A lei de segurança tornou crime a referência à luta de classes e a menção a conflitos raciais. Raça e classe foram, assim, banidos do vocabulário por ato do governo!

Como sempre acontece em momentos de grande tensão política como aquele, as posições radicalizaram-se. O centro dividiu-se: uns foram para a esquerda, outros para a direita. A situação piorou com

o começo da guerrilha. Os donos do poder finalmente encontravam uma justificativa: estavam em guerra, uma guerra à qual não se aplicavam os códigos éticos internacionais. A tortura era usada contra os prisioneiros. Alguns morreram nas prisões. Outros simplesmente desapareceram. O terror tinha chegado ao auge. Para os que tinham escapado ao nazismo e fascismo na Europa o cenário era familiar. Para os que tinham sido vítimas da repressão de

Getúlio Vargas, a história parecia estar se repetindo. Dentro de alguns anos, dizia-me Sérgio Buarque de Holanda, profeticamente, todos os aposentados serão chamados de volta, e estarão reintegrados nos seus cargos. De fato, isso aconteceria anos mais tarde, com a anistia.

Resolvi aceitar convite para dar um curso de História na Universidade de Tulane em New Orleans. A primeira vez em que fui aos Estados Unidos foi em 1970. Michael Hall, que lecionava em Tulane naquela época, e depois passaria a viver no Brasil, estava de licença e indicou o meu nome para substituí-lo. Começava então uma nova etapa em minha vida. Não só teria de dominar bem uma nova língua, como teria de aprender a ensinar para um público inteiramente novo a história da América Latina que, àquela altura, era para mim uma história pouco conhecida. Além de tudo, teria de me separar de minha família por vários meses. Foi um grande desafio. Felizmente, encontrei em Tulane um grupo de historiadores solícitos e gentis que



O meu primeiro contato com Yale foi surpreendente. Eu era, na ocasião, a única mulher no Departamento de História. Uma vez por semana os professores do departamento reuniam-se para o almoço. Servia-se um *cherry* antes da refeição. Tudo muito elegante, mas quando eu me aproximava de um grupo de homens que conversavam animadamente todos se calavam.

amenizaram a minha estada. A Biblioteca parecia-me a ante-sala do paraíso. Ali passei longas horas escrevendo as minhas aulas. Às vezes precisava copiar passagens inteiras dos livros porque não sabia como dizer as mesmas coisas de outra maneira. Durante o tempo que passei em Tulane escrevi uma média de noventa páginas por semana. O esforço foi recompensado. Apesar de amargar constantemente um sentimento de inferioridade, uma sensação de estar falando com um vocabulário restrito mais condizente com o de uma criança de dez anos, os alunos relevaram as minhas falhas e manifestaram seu apreço pelo curso. Desde logo senti as diferenças entre os meus alunos brasileiros e os americanos. Se os alunos americanos, em geral, estudavam mais, faltava-lhes uma visão da história universal que me servisse de ponto de referência para ensinar a história do Brasil. Muitos não tinham a menor noção do feudalismo, outros desconheciam a contra-reforma. Havia até quem não tivesse idéia da Revolução Industrial e nem mesmo da Revolução Francesa. Como fazê-los entender a especificidade da história do Brasil, sem esse quadro de referências?

Em Tulane assisti a um encontro dos Black Panthers. O auditório estava repleto de negros. Alguns agentes do FBI vestidos de azul-marinho, camisa branca e sapato preto andavam aos pares entre o público. O conferencista foi o líder negro Dick Gre-

gory. Nunca assistira a um espetáculo como aquele. Também mais ou menos na mesma ocasião houve uma reunião de cineastas em Tulane e encontrei-me com Costa Gravas. Conte-lhe o que se passava no Brasil e sugeri que fizesse um filme sobre o assunto. Dê-me um *script* que eu farei o filme, disse. Nunca mais o vi, mas anos depois assisti com emoção ao filme *Missing*, que relatava episódios que aconteceram no Chile por ocasião do golpe militar que depôs o Presidente Allende.

Voltei ao Brasil em abril de 1971. A situação política piorara. Resolvi aceitar um convite do professor Joseph Love para lecionar de novo nos Estados Unidos, na Universidade de Urbana-Champaign por um semestre. Acabei lecionando também no verão e me candidatei a uma posição de *lecturer* no Smith College, em Massachussets, para onde fui em setembro de 1972. No ano seguinte fui para Yale, onde estou até hoje.

O meu primeiro contato com Yale foi surpreendente. Eu era, na ocasião, a única mulher no Departamento de História. Uma vez por semana os professores do departamento reuniam-se para o almoço. Servia-se um *cherry* antes da refeição. Tudo muito elegante, mas quando eu me aproximava de um grupo de homens que conversavam animadamente todos se calavam. Vencendo o embaraço, um colega polidamente me perguntava: e como vão seus filhos, como estão as coisas em Buenos Aires? Esse era o fim da conversa. Com exceção desse almoço semanal, no departamento ninguém conversava com ninguém. As portas dos escritórios estavam sempre fechadas. Eu estranhava o isolamento e a falta de comunicação entre as pessoas. A ausência de interesse político espantava-me ainda mais. Coisas importantes ocorriam no país e no mundo e no dia seguinte ninguém comentava. Watergate, o *impeachment* do presidente Nixon, a eleição de Jimmy Carter, o resgate dos norte-americanos presos no Irã, a invasão de Granada pelas tro-

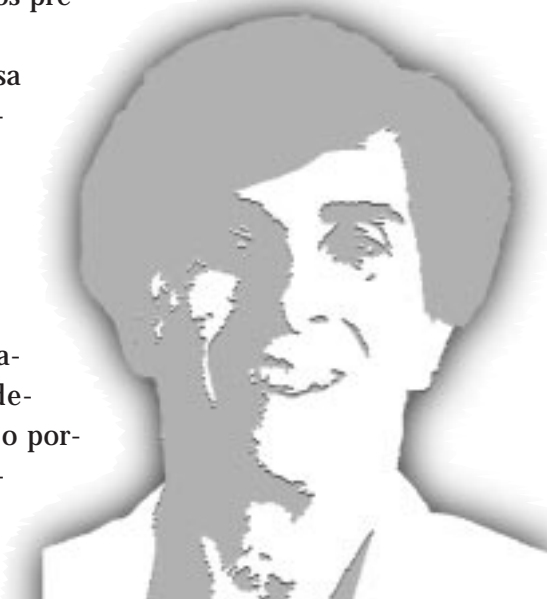
pas americanas, o bombardeio da Líbia, a revolução da Nicarágua, as denúncias de participação da CIA na queda de Allende, todos esses fatos e muitos outros se sucederam sem que provocassem comentários no meu departamento. Até os dias de eleição no país eram dias normais. Todos estavam voltados para o seu próprio trabalho. Acabei me acostumando. Hoje o departamento mudou em vários aspectos. Se bem que sejam ainda uma minoria, há mais mulheres no corpo docente. Há maior comunicação entre as pessoas. Conversa-se mais. Mas ainda se evitam assuntos controvertidos que possam ameaçar o consenso. A política continua tema proscrito.

Em Yale trabalhava-se muito, no setor de América Latina, que durante anos contava apenas com um professor e um assistente. Eu dava dois cursos de graduação e dois de pós-graduação por ano. Os cursos de graduação consistiam de um *survey* sobre a história da América Latina, colonial e contemporânea, e um seminário sobre o tema que eu quisesse, relativo ao meu campo de especialização. Os cursos de pós-graduação não podiam ser repetidos, porque o curso durava dois anos e os mesmos alunos que assistiram às minhas aulas em um ano voltariam a assistir no próximo. Por isso tinha de preparar vários cursos. Além dos cursos, ficava encarregada de orientar dez *senior essays* escritos pelos alunos de graduação, sobre qualquer tópico que desejassem sobre a América Latina. Dessa forma eu poderia orientar um trabalho sobre a política colonial no Peru, outro sobre as minas de cobre no Chile, um terceiro sobre o governo Arbenz na Guatemala e assim por diante. Procurei várias vezes mudar esse sistema. Como era possível alguém orientar eficientemente trabalhos que cobriam um período que abrangia quase quatrocentos anos de história em mais de vinte países? Mas não consegui alterar o sistema que até hoje é o mesmo. Somavam-se a essas atividades a orientação de teses de doutoramento e a participação em exames de qualificação para doutoramento, que todos os candidatos deveriam fazer ao fim do curso. Devia também comparecer a reuniões do Departamento de História e do Latin American Studies, fazer relatórios anuais, aprovar projetos de pesquisa e distribuir bolsas. As atividades eram muito intensas e a elas se somavam

as obrigações de fazer pesquisas, publicar, dar conferências em outras universidades e comparecer a congressos. De todas as atividades a que consumia mais tempo eram as cartas de recomendação. Nada se faz sem uma carta de recomendação. Nos últimos anos estava escrevendo uma média de sessenta a oitenta cartas por semestre, não só para os alunos, mas também para colegas que eram candidatos a bolsas, promoções ou novos empregos. A minha frustração aumentava. Sentia-me uma burocrata. Não tinha mais tempo para ler nada fora do meu campo específico. Não tinha tempo sequer de usufruir da biblioteca, das muitas conferências, concertos e exposições que acontecem no *campus*. Por isso resolvi me aposentar.

Os alunos de Yale estavam mais interessados na América espanhola do que no Brasil. Portanto, se bem que continuasse dando alguns cursos de história do Brasil, passei a focalizar mais a América espanhola, o que contribuiu para ver o Brasil com outros olhos. Também me dediquei mais à história comparada. Por exemplo, dei cursos sobre a escravidão no Brasil e no Caribe, o mercado comum na América Central, o populismo e o movimento operário em várias regiões da América. Na graduação dei um curso sobre o radicalismo na América Latina, no qual analisei as mudanças econômicas e sociais que tiveram lugar no século 20 e que deram origem a movimentos radicais no Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Venezuela, Brasil, Guatemala, San Salvador e Nicarágua. Esse foi um dos cursos preferidos pelos alunos.

O mais difícil dessa transição para os Estados Unidos foi escrever meus livros e artigos em inglês para um público norte-americano pouco familiarizado com o Brasil e depois traduzi-los para o português. Língua é protocolo, e as etiquetas verbais



não são as mesmas no mundo saxão e no nosso. O que no Brasil se considera boa retórica frequentemente é considerado uma linguagem abstrata, imprecisa, desorganizada ou verbosa nos Estados Unidos, e o estilo que agrada lá frequentemente não agrada aqui.

Publiquei dois livros e vários artigos ou capítulos de obras coletivas em inglês. O primeiro livro foi *The Brazilian Empire Myths and Histories*, uma coletânea de ensaios, alguns dos quais foram reunidos e publicados no Brasil sob o título *Da Monarquia à República*. Mais recentemente, publiquei *Crowns of Glory, Tears of Blood*, que foi traduzido para o português e publicado pela Companhia das Letras no ano passado. Publiquei ainda vários ensaios em inglês, alguns dos quais foram traduzidos para o português.

O que ganhei? Ampliei e enriqueci minha visão da história, sem entretanto abandonar o rumo que escolherei quando ainda estava no Brasil. Nos Estados Unidos, com algumas exceções, a maioria dos historiadores e alunos segue o método empírico. Nos grupos radicais há uma preocupação quase obsessiva com o politicamente correto. Mas as pessoas em geral se organizam em grupos que raramente agem juntos. Há os grupos latinos, e estes se dividem entre porto-riquenhos e chicanos e os outros. Há o grupo negro, dividido em várias alas, há as feministas e os homossexuais. Cada grupo promove a sua política. Só excepcionalmente eles atuam coletivamente. Isso os enfraquece. As demonstrações no *campus* não dizem respeito à política nacional, mas a problemas locais. Os tempos do Vietnã, quando os *campi* foram varridos por protestos passaram. Também os Black Panthers que eu vi em Tulane em 1970 tinham sido silenciados. Os *campi* se despolitizaram. A única vez que assisti a manifestações políticas promovidas por estudantes foi quando os alunos exigiram que Yale deixasse de investir em empresas norte-americanas que operavam na África do Sul. Houve mais recentemente manifestações de solidariedade aos funcionários que se organizaram para defender suas posições e seus salários. Recentemente, os alunos de pós-graduação de todos departamentos da Universidade de Yale se organizaram para melhorar suas condições de trabalho.

É preciso lembrar, no entanto, que qualquer observação que se faça sobre uma universidade norte-americana não dá conta da complexidade e variedade do meio acadêmico. O que é verdadeiro em um departamento não é verdadeiro em outro, e o professor de história grega, que quando muito formou meia dúzia de doutores, descreverá uma situação bem distinta do que aquele que formou dezenas no mesmo período. O sistema é diversificado, tão variado quanto o imenso número de universidades públicas ou privadas que existem no país.

Os salários dos professores variam muito nas universidades particulares. Na mesma universidade um *full professor* de História poderá estar ganhando 100.000 dólares anuais e outro, quase a metade. A diferença ainda é maior entre as universidades de primeira, segunda e terceira categorias. Nestas últimas não só se ganha menos, como se dá mais cursos e se tem muito menos tempo para a pesquisa. Em todas as universidades privadas, os salários são decididos pelo chefe de departamento e em última instância pela administração. A decisão teoricamente deveria se basear na produtividade dos indivíduos, mas acaba protegendo os amigos.

Na universidade paga-se tudo, até para estacionar o carro. Os descontos são muitos: *social security*, aposentadoria, imposto estadual, que no Estado de Connecticut é de 6%, federal, que vai a 30%, e estacionamento, que para um professor custa aproximadamente mil e duzentos dólares por ano. O que se recebe ao fim de tantos descontos corresponde à metade do salário bruto. Depois há outros impostos a pagar. O imposto sobre o carro, sobre as coisas que se compram, sobre a casa em que se mora. O que sobra é pouco.

Todos fazem economia o tempo todo. A universidade, o departamento, os professores, os alunos. Não se compram novos equipamentos enquanto os velhos estão funcionando, mesmo que não sejam a última palavra. Anos atrás, um professor da Universidade de São Paulo levou um material sofisticado para ilustrar sua preleção, preparado na USP, para o qual não se encontrou um projetor num raio de cinquenta milhas, numa região que reúne um grande número de universidades de renome. Esse fato revela o quanto os critérios são diferentes aqui e lá.

Preocupamo-nos muito com a imagem do Brasil no exterior. Talvez fosse melhor se nos preocupássemos mais em rever a imagem que temos dos Estados Unidos e a que temos de nós mesmos.

Quando o professor se aposenta, o salário que recebe corresponde ao número de anos que trabalhou e a forma de investimento que escolheu para suas economias, portanto, depende das condições do mercado. Os cálculos são feitos na base da expectativa de vida. Há uma certa humilhação quando um burocrata responsável por estabelecer a aposentadoria pergunta: quantos anos você pensa que vai viver? Não há limite de idade para a aposentadoria. Qualquer um pode aposentar-se quando quiser. Por outro lado, o indivíduo pode continuar trabalhando enquanto a sociedade que ele serve o considera apto. Mas a carga de trabalho é tão pesada que a maioria dos professores se aposenta entre os 65 e 75 anos. Enquanto o indivíduo trabalha, a universidade paga uma parcela da aposentadoria e a outra parcela é paga por ele. O professor tem também seguro-saúde enquanto trabalhar e, depois de aposentado, o seguro será pago proporcionalmente ao tempo de serviço. Em Yale, para receber seguro total, é preciso ter trabalhado no mínimo trinta e cinco anos. Mas há universidades que deixam de pagar o seguro-saúde quando a pessoa se aposenta. Como o salário não se altera a partir do momento em que a pessoa se aposenta, ele fica à mercê da inflação que, acumulada durante anos, pode causar uma enorme redução do salário, a não ser que o indivíduo seja bem-sucedido nos seus investimentos. A única parcela que acompanha os índices de custo de vida é a *social security* paga pelo Estado, mas essa não vai além de aproximadamente 1.300 dólares para os que trabalharam mais de trinta anos e tiveram salários elevados. Há uma injustiça tremenda nesse sistema, mas ninguém protesta. Quando as coisas apertam, o indivíduo vende a casa e muda-se para um apartamento menor, comprime as suas despesas. Sempre achei que o sis-

tema que existia no Brasil e que o atual governo extinguiu era muito melhor, bastando corrigir alguns abusos. Não há razão para se pagar menos a quem trabalhou toda

uma vida e agora precisa do seu dinheiro mais do que nunca, porque não tem condições de recorrer a outras fontes, tais como bolsas de estudos e outros empregos. Sem falar na ilegalidade de não se respeitar contratos e se retirarem direitos adquiridos como recentemente se fez no Brasil. O que é melhor nos Estados Unidos é a segurança social, que infelizmente está ameaçada pela mesma lógica neoliberal que se vê por aqui. Mas lá essa ameaça é contrabalançada pela capacidade de organização dos aposentados, que pertencem a uma associação bastante poderosa (pelo que representam em termos de votos) que defende os seus interesses atuando na Câmara e no Senado. De fato, a capacidade de organização dos norte-americanos em defesa de seus direitos é notável desde o tempo de Tocqueville.

Esse é um dos aspectos positivos da sociedade norte-americana. Há muitos outros de que nem se fala no Brasil, como o amparo ao ensino público, as bibliotecas municipais, as doações voluntárias privadas a universidades e museus, a proteção que o governo dá à economia do país, que não segue à risca o catecismo neoliberal, e assim por diante. Preocupamo-nos muito com a imagem do Brasil no exterior. Talvez fosse melhor se nos preocupássemos mais em rever a imagem que temos dos Estados Unidos e a que temos de nós mesmos.

Sylvia Bassetto é professora do Departamento de História da FFLCH/USP.

